

Uma seleção de fotos do Jantar-Baile e do Chá de Aposentados

Páginas 6, 7, 8, 9, 10 e 11

“Para que serve um sindicato”, artigo de Marta Najjar

Contracapa

Edição 227 |
Dezembro de 2022
Publicação do
Sindicato dos Professores
Municipais de Santa Maria

primeira classe

Ilustração: Elias



2023: O QUE VEM POR AÍ?

Reconstrução do MEC no topo das prioridades do Governo Lula.
Por aqui, a missão é proteger o plano de carreira

Páginas 4 e 5

FLS Advocacia é o novo jurídico

Página 3

As principais lutas de 2022

Página 5

EDITORIAL

FINS E RECOMEÇOS

Olá, prezad@s colegas da rede municipal!

Mais um final de ano letivo se aproxima e não foi, novamente, um ano típico ou normal. Estamos todos ainda sob os efeitos causados pela pandemia, sejam esses efeitos emocionais, físicos e até mesmo profissionais, pois sem dúvida alguma nosso fazer pedagógico tornou-se ainda mais desafiador dadas as circunstâncias às quais fomos todos submetidos e também as incertezas sobre o que ainda virá em decorrência da pandemia. Devemos neste espaço destacar a bravura e comprometimento dos profissionais da educação que atuaram fortemente para que os prejuízos aos estudantes fossem minimizados e que pudéssemos dentro das condições que dispomos oferecer um padrão de qualidade nesse retorno presencial.

Profissionalmente, embora avanços significativos (reposição salarial, do auxílio-alimentação, investimentos em equipamentos de informática para os professores e nomeações de concursados) seguimos sem o cumprimento da lei do piso que não afeta somente a questão financeira, mas também o tempo necessário ao planejamento. Hoje a imensa maioria dos profissionais que compõem a educação infantil e séries iniciais não dispõe de tempo para planejar, corrigir e qualificar suas aulas, necessitando ter que usar seu período de descanso para isso. Nossa categoria segue firme na pressão pelo cumprimento in-

tegral da lei. Hora-atividade já!

Não bastasse toda dificuldade desses últimos anos somada aos gargalos históricos da educação nacional enfrentamos também o descaso, desrespeito, negacionismo e negligência de um governo federal que virou as costas para o povo preferindo desinformar, desestimular a vacinação e escolher os piores nomes possíveis para dirigir o ministério da educação. Certamente enfrentamos um vírus e um parasita. Porém, vencemos!

A não reeleição do atual presidente da república, em uma eleição limpa, democrática e soberana representa uma vitória da educação e para a educação, principalmente a edu-

cação pública, a qual abriga a esmagadora maioria dos estudantes e filhos da classe trabalhadora. O novo período que chega traz consigo esperança de um novo tempo e que a educação assuma novamente seu espaço de protagonismo e importância. Um tempo onde sejamos novamente ouvidos e representados. Manteremos viva nossa autonomia e independência agindo como

força ativa na luta pelo sucesso da educação. Viva a escola pública!

Que a magia do Natal traga paz, saúde e prosperidade. Desejamos um ótimo final de ano e que as energias se renovem para que possamos seguir firmes construindo um mundo cada vez mais fraterno, humano e livre de intolerância! Boa leitura!

O novo período que chega traz consigo esperança de um novo tempo e que a educação assuma novamente seu espaço de protagonismo e importância.



OS DESAFIOS DE LEVAR A PERSPECTIVA ANTIRRACISTA PARA O COTIDIANO ESCOLAR

“No começo de 2021, eu estava passando por uma transição capilar. Um dia, cheguei na escola e uma professora parou ao meu lado e perguntou porquê eu tinha cortado o meu cabelo ao invés de fazer chapinha. Em seguida, ela começou a comparar o meu cabelo a esponja de aço e a fazer piadas maldosas. A primeira reação que tive foi uma vontade grande de chorar. Fiquei muito triste e, depois, busquei forças dentro de mim para passar por cima do que ouvi, porque doeu demais”.

Esse é um breve relato do que a professora Valdilene Melo dos Santos, de 46 anos, auto-declarada parda, sentiu após ter sido vítima de racismo na escola onde trabalha com os Anos Iniciais na rede pública de Parauapebas, município paraense a 700 quilômetros de Belém. Ela atua em duas unidades públicas, onde a maioria dos professores é branca, e afirma que não há abertura para se discutir com a comunidade escolar os preceitos de uma educação antirracista. “Cheguei a ouvir da coordenação que não era para eu trabalhar a cultura antirracista nas minhas aulas porque racismo não existe no Brasil, que isso é ‘mimimi’ de negro”, lembra. Sem apoio para trabalhar o tema, a educadora percebe um cenário de propagação de preconceitos e discriminação racial.

A professora de Educação Infantil, Cristiane Bolzani, de 51 anos, é branca e também presenciou situações de preconceito racial dentro de escolas em que trabalhou. “Em uma delas, crianças que tinham cabelos lisos ou apenas cacheados eram diariamente penteadas enquanto as de cabelos crespos já vinham de casa com penteados, de modo que nunca eram desfeitos para lavar, apenas passavam uma escova e creme de pentear para ajeitar os fios que estavam fora do lugar. Não raro, as próprias famílias pediam que fosse assim, porque a maioria das professoras, pardas ou brancas, de cabelos escovados ou ‘progressivados’, não sabia desembaraçar, lavar e pentear cabelos crespos”, relata.

Durante muito tempo, essa era a justificativa para não tocar os cabelos crespos, segundo a educadora. “Até que começamos a perceber que as crianças de cabelos crespos ficavam olhando os outros coleguinhas sendo penteados demoradamente e até recebendo elogios das cuidadoras. Isso nos levou a buscar formas de lidar com o cabelo crespo, sem rotular como ‘ruim’ ou ‘difícil’ de cuidar e pentear e vendo que tem características próprias. Então, começamos a exigir da escola que comprasse produtos específicos para as crianças”, recorda Cristiane, que hoje atua com turmas de 5 anos na periferia de Belo Horizonte (MG).

CHARGE DO ELIAS



JURÍDICO

FLS ADVOCACIA É A NOVA ASSESSORIA JURÍDICA

Plantões na sede agora acontecem duas vezes na semana, nas tardes de terça e manhãs de sexta, com agendamento na secretaria do sindicato

O escritório Forgiarini, Lovato e Soares Advocacia é a nova assessoria jurídica do Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria. O contrato foi firmado em 10 de outubro, com o processo de transição se desenrolando durante o mês de outubro entre a nova banca e a Wagner Advogados Associados, escritório que assessorou juridicamente o Sinprosm até o final de setembro.

“Agradecemos o empenho do escritório, na pessoa do Héverton Padilha, pela atuação firme em nossos pleitos. Nunca foi tão importante termos um jurídico qualificado. Os últimos cinco anos foram de muitos desafios e o futuro próximo se desenha tão ou mais complexo para o funcionalismo público, principalmente para os professores”, reconhece a coordenadora de Organização e Patrimônio do Sinprosm, Juliana Moreira.

Além da convergência de valores, do conhecimento na área do direito do servidor público e da competência técnica, a coordenação sindical buscou no processo seletivo bancas que tivessem condições de ampliar o atendimento no sindicato e a agenda de visita às escolas. Cartas-convites foram enviadas a oito escritórios com sede em Santa Maria.

A partir do final de outubro, os plantões passaram a ter dois dias na semana (mais informações abaixo) e dois turnos estão reservados ao roteiro de visitas nas escolas. “Temos uma longa lista de espera pelos atendimentos nos plantões. Ao mesmo tempo, percebemos a importância de estarmos nas escolas, com mais frequência, ouvindo os colegas. Vamos conseguir atender a ambas as demandas”, destaca o coordenador de Comunicação e Formação Sindical, Rafael Torres.

ATENDIMENTO

Duas vezes por semana o plantão acontecerá na sede do Sinprosm: nas tardes de segunda-feira (das 14 às 17 horas) e manhãs de sexta-feira (entre 8h30 e 11h30min). Os agendamentos já começaram, na secretaria do sindicato através do telefone 3025 5458 e pelo Whatsapp no (55) 99150 2969.

Com 18 anos de atuação profissional, o advogado Giorgio Forgiarini fundou, em 2017, o escritório Forgiarini, Lovato e Soares Advocacia, com a adesão posterior dos sócios Leonardo Soares e Marcos Lovato. Tem sede na Rua Humberto de Campos, 78 - Sala 204, Bairro Dores. Contato pelo telefone (55) 3317-3597.



Transição entre os escritórios Wagner Advogados Associados e FLS Advocacia ocorreu ao longo de outubro, quando já iniciaram os plantões no sindicato e visitas nas escolas



ESPAÇO JURÍDICO / FLS ADVOCACIA

OS ADICIONAIS DE TEMPO DE SERVIÇO E A PANDEMIA

Os funcionários públicos foram impedidos de contabilizar o período da pandemia de Covid-19 para fins de aquisição de benefícios como triênios, quinquênios e licenças prêmio, por força da Lei Federal Complementar 173/2020. Esta norma literalmente proibiu os demais entes federativos de realizar investimento em seu funcionalismo até a data de 31 de dezembro de 2021.

Com isto, são 18 meses que não serão considerados para o reconhecimento de direitos essenciais - e, diga-se, adquiridos - dos professores da rede municipal, apesar do trabalho árduo por eles exercido durante a pandemia.

Uma lei complementar posterior (191/2022) excluiu deste regime servidores da saúde e da segurança, mantendoos profissionais de ensino como se estes não tivessem prestado um serviço essencial durante todo o crítico período pandêmico. Lembre-se que, no caso do Rio Grande do Sul, os professores não apenas continuaram o exercício de suas atividades mediante o problemático ensino remoto, como também foram expostos aos riscos da covid-19 quando compelidos ao trabalho presencial inclusive em períodos críticos da pandemia, como durante a vigência da chama “bandeira preta”.

Esta vedação a acréscimos dos professores, no entanto, vai de encontro com o que dispõe a Emenda Constitucional 108/2020, a qual trouxe modificações importantes ao Fundeb, prevendo, por exemplo, o compromisso de todos os entes federativos em aumentar seu investimento em educação já a partir do exercício de 2021, bem como garantir a valorização dos profissionais da educação, incluída sua condigna remuneração.

No entanto, a questão se encontra no Supremo Tribunal Federal, que julgará, em sede de ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental), a incompatibilidade da Lei Complementar 173/2020 em relação à emenda constitucional 108/2020, bem como vai de encontro ao próprio direito social à educação de todos. Muito embora a ação tenha sido ajuizada por três estados, em caso de procedência, o STF poderá estender a decisão, também, aos municípios. A assessoria jurídica do Sinprosm está atenta às movimentações relativas ao tema para buscar o melhor atendimento dos interesses da categoria e fica a disposição de seus associados.

Marcos Lovato
OAB/RS 65.393
Sócio da FLS Advocacia

PROGNÓSTICO

ANO NOVO, LUTAS NOVAS E ANTIGAS

Um pequeno resumo das pautas que a educação e o sindicalismo devem focar para virar a página do bolsonarismo

O Governo Bolsonaro tem prazo para acabar, derrotado nas urnas pelo povo brasileiro. A lata de lixo da História já está preparada para receber toda essa carga em 1º de janeiro de 2023. O que restará para a sociedade brasileira varrer são os vestígios, em forma de leis e práticas, do modo bolsonarista de estimular o discurso de ódio, a exclusão social e o desmonte dos serviços públicos.

O trabalho para o novo governo não será fácil, sobretudo na educação, definido como um dos principais campos de luta na agenda conservadora liberal. O cenário no MEC é de destruição. Mesmo ainda sem um nome definido para conduzir o ministério, a equipe de transição já deu alguns sinais do que deve vir por aí.

E, mesmo que as atenções, nesta virada de ano, estejam voltadas para os movimentos da transição federal, temos assuntos importantes a termos atenção, principalmente na hora-atividade e ao plano de carreira. Desafios lá e aqui se delineiam no horizonte para o próximo período.

RECONSTRUÇÃO

Após cinco ministros desastrosos e políticas fracassadas em todas as áreas, pouca coisa deve sobrar do Ministério da Educação de Bolsonaro. Uma comissão externa da Câmara que acompanha os trabalhos do MEC apontou que a gestão da pasta sob o governo de Jair Bolsonaro foi marcada por “inapetência técnica, aversão ao diálogo e improvisado”. Como efeito, redução de recursos para políticas educacionais e desmonte de programas como FIES, ProUni, EJA e Proinfância, fragilidades na coordenação do ministério para a elaboração do novo currículo do ensino médio e das provas do novo Enem, além de dificuldades para implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo o relatório, o MEC “perdeu protagonismo na execução orçamentária de programas, ações e investimentos”. Diante dessa falta de protagonismo da pasta, o relatório avaliou que há “dependência excessiva” de emendas parlamentares e do chamado orçamento secreto nas despesas com educação. Para 2023, o governo Bolsonaro previu entre 12 e 15 bilhões de reais no orçamento abaixo do necessário para cobrir despesas na educação. O déficit orçamentário deixado pelo atual governo federal na educação deve afetar distribuição de merenda, livros, Enem e até o fornecimento de papel higiênico às universidades e institutos federais.

Somado a isso, o Tribunal de Contas da União (TCU) apurou, neste mês de dezembro, cerca de 30 mil indícios de irregularidades na aplicação dos recursos do Fundeb. “O Fundeb ajuda a manter as escolas funcionando e ajuda a pagar, por exemplo, o



Construído com participação intensa da categoria, a defesa do Plano de Carreira será prioridade em 2023

salário de professores, mas precisamos de um MEC protagonista, não apenas para recuperar a credibilidade técnica e política da pasta, mas também porque temos grandes e complexos desafios para os próximos anos”, pontua o professor do IFRS, Gregório Grisa, membro do GT da transição.

PAUTA CONSERVADORA

Assim como a sua gestão, algumas *grifes* do bolsonarismo não têm vida longa depois de janeiro. “Eu considero que a escola cívico-militar é um equívoco que tem que ser revisto. É preciso um processo de transição para rever práticas pedagógicas

adotadas pelas escolas que aderiram ao programa”, disse à BBC News Brasil o pesquisador e professor da USP Daniel Cara, palestrante do último Seminário Educação em Foco. Ele é integrante do grupo de trabalho da equipe de transição que avalia as políticas que serão adotadas no próximo governo. A justiça gaúcha já definiu, no início de novembro, pela suspensão da implantação de novas escolas cívico-militares no Estado. Na visão do desembargador que julgou a ação proposta pelo 39º Núcleo do CPERS e Intersindical, o programa fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Estadual 10.576/95, que delegam a professores a gestão do dia a dia escolar. Em Santa Maria, apenas



Reconstruir o MEC, devastado por Bolsonaro, já é visto como uma das missões do novo governo Lula

RETROSPECTIVA

a EMEF Conceição aderiu ao programa, que não chegou a ser posto em prática na totalidade.

Mesmo não existindo incidência direta, o governo deve influenciar em projetos que tramitam nas casas legislativas relativas a questões como a regulamentação do homeschooling (Projeto de Lei 3179/12) e outras 23 propostas incentivadas pelo movimento Escola Sem Partido, que *‘visam cercear o papel das escolas na promoção dos direitos humanos, no enfrentamento das desigualdades e na promoção da igualdade de gênero na educação, estimulando ataques, em especial, contra a população trans’*, destaca a carta do grupo Articulação Contra o Conservadorismo enviada ao grupo de transição. O documento elenca a retomada da cláusula de exclusão de livros discriminatórios, o fim da imposição do método fônico no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), fim do Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos do Disque 100 e retirada do termo “ideologia de gênero” de qualquer portaria, decreto e documento oficial do governo federal. A carta é assinada por cerca de 30 instituições, entre as quais a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), central a qual o Sinprosm é filiado.

PLANO DE CARREIRA

Enquanto essas ações se desenrolam nos gabinetes em Brasília, em Santa Maria um movimento acontece por entre os gabinetes da gestão Jorge Pozzobom: a reformulação do plano de carreira. Foi aberta licitação em setembro para contratação de empresa para “prestação de serviços de assessoria educacional e de gestão para a equipe da Secretaria de Município de Educação, capacitações e prestação de serviços de assessoria e gestão orçamentário-financeira, e construção de instrumentos de gestão, para elaboração de estudo de impacto para adequação da carreira dos profissionais do magistério para fins de cumprimento da Lei Federal 11.738/2008”.

A empresa vencedora do processo é a C. E. Sanches & Cia Ltda, com nome fantasia de Constat Educação. Carlos Eduardo Sanches foi secretário de educação em Castro-PR, presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação e presidente do Conselho Nacional do Fundeb. Tem ligações com o Grupo Positivo, onde atua como conselheiro. A Constat Educação presta assessoramento para prefeituras de todo o país, com destaque para a reformulação de planos de carreira. No Rio Grande do Sul, observamos três contratos neste sentido: Esteio, Palmeira das Missões e Camaquã. “Observando como se deu o processo em alguns desses municípios, e o resultado do trabalho, salta aos olhos a criação de avaliações externas e a retirada de direitos como a unidocência para a concessão da hora-atividade”, destaca a coordenadora de Finanças do Sinprosm, Marta Hammel.

O Sinprosm solicitou reunião com a SMED para tratar dessas e outras pautas ainda antes do fim do ano letivo, porém sem resposta até o momento.

SEMPRE NA LUTA EM 2022

As lutas da categoria ao longo do ano tiveram diversas direções: das estruturantes, como uma justa revisão salarial, o cumprimento da Lei do Piso e a hora-atividade; mas também as pontuais, como o pagamento das RST's atrasadas e revisão do auxílio-alimentação. Vamos relembrar:

REVISÃO SALARIAL

Já no final de 2021, a coordenação apresentou a reivindicação da revisão salarial imediata, congelada durante a pandemia. Com retorno do ano letivo previsto para 24 de fevereiro, a coordenação sindical convocou assembleia virtual para 22 de fevereiro, a fim de discutir a mobilização. Reconhecendo a insatisfação da categoria, Pozzobom anunciou a reposição de 21,05% no dia 21 de fevereiro. O projeto de lei foi aprovado em 15 de março na Câmara, com validade para a folha daquele mês. O Sinprosm manifestou-se pela aplicação da Lei do Piso na íntegra, o que necessitaria um reajuste de 69,41% aplicado ao básico.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

Assim que iniciado o ano letivo, ficou evidente a falta de estrutura da gestão municipal para dar conta das necessidades de contratações. Suplementações, estagiários e monitores ficaram semanas sem efetivação, gerando todo tipo de transtornos para gestões escolares, colegas lotados na SMED, professores sobrecarregados, turmas sem aula e famílias com alunos incluídos aguardando os encaminhamentos na fila de espera. O Sinprosm denunciou o problema por diversas vezes na imprensa e em reuniões com os setores responsáveis na Prefeitura, mas a situação só avançou em maio. A regularização dos estagiários, no entanto, permaneceu sem solução ao longo do ano;

SUPLEMENTAÇÕES

Por consequência, o problema estrutural na Prefeitura atrasou o pagamento de professores com RST e RET. Em maio, o Sinprosm ajuizou ação coletiva questionando o atraso. Dos 450 contratos, até junho pouco mais da metade havia sido pago integralmente. No dia 2 daquele mês, a coordenação organizou uma mobilização no Centro Administrativo com a participação de professores com pendências. O problema só veio a ser sanado no final de junho, após reuniões com o secretário Marco Mascarenhas e o prefeito.

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

O Sinprosm começou a reivindicação do aumento do benefício ainda em 2019, já que o

valor permanecia congelado desde 2014. Um estudo encomendado ao professor Ricardo Rondinel, da UFSM, indicou que a perda do poder de compra no período chegou a 47,5%. As articulações em parceria com o Sindicato dos Municipários, com pressão política e na imprensa, resultaram em um aumento de 150 reais, anunciado por Pozzobom no Dia do Funcionário Público.

HORA-ATIVIDADE

O Sinprosm participa, desde 2018, de um grupo de trabalho com a SMED, com o objetivo de formular um projeto viável para que a atividade extraclasse venha a ser implantado na rede municipal. Este trabalho foi entregue ao prefeito em 21 de julho. Paralelamente, a categoria decidiu em assembleia mobilizar-se politicamente e por meio de veículos de comunicação. Ações nas paradas da rede e em eventos aconteceram durante o ano, com massiva distribuição de adesivos e panfletos. Em agosto, a campanha Hora-Atividade Já tomou conta da cidade em outdoors, rádio, TV e redes sociais. Mais recentemente, a coordenação tem acompanhado o andamento do Orçamento 2023, onde deve constar a aplicação de recursos para esta finalidade.

CIRCE ROCHA

O Sinprosm tem articulado, desde junho, a escolha da professora, vereadora e líder sindical falecida em janeiro para dar nome a uma das EMEI's em construção. Sob orientação da SMED, em agosto a sugestão foi formalizada ao município e em setembro foi enviado um histórico para balizar a elaboração de um projeto de lei. A vereadora Luci Duarte (PDT), professora municipal filiada ao Sinprosm e contemporânea de Circe, apresentou um projeto de lei neste sentido em setembro, posteriormente aprovado pelo plenário. A EMEI Circe Rocha, no Bairro Diácono João Luiz Pozzobom, deverá ser inaugurada antes do início do ano letivo.

ELEIÇÕES

Reunida em assembleia, a categoria decidiu em 19 de outubro posicionar-se contra a reeleição de Jair Bolsonaro. Para além de toda a política liberalizante e conservadora, o ataque à educação orientou o posicionamento. “Os frequentes cortes e contingenciamentos, redução drástica em investimento em novas escolas, o escândalo das barras de ouro em troca de novos aportes pelo MEC, demonstram que o caminho escolhido por Bolsonaro e seu projeto de poder passa longe do desenvolvimento de uma educação de qualidade, livre e democrática”, dizia a nota.

JANTAR-BAILE

TEMPO DE CONFRATERNIZAÇÃO

Jantar-baile do Dia do Professor e Chá de Aposentados marcaram a volta das comemorações após dois anos sem os nossos eventos

Comemorar o 15 de outubro em alto estilo virou tradição aos professores da rede municipal de Santa Maria. Ano após ano, o Sinprosm busca fazer um evento diferente, com variedade de atrações e primando sempre pela qualidade. Neste ano de retomada do convívio social, nossas duas festas – a primeira para associados de forma ampla e a segunda exclusiva para aposentados – foram recheadas de alegria, confraternização e orgulho.

No dia 15 de outubro, o Jantar-Baile do Dia do Professor lotou o Floratta Espaço de Eventos. Com decoração da Bianco Nero e buffet do Chef Caco Pereira, a festa teve a presença de mais de 800 pessoas, recepcionados pelos artistas da Cia Sorriso Com Arte. A banda Agito Capilar e o DJ Diego Vaz colocaram a turma para dançar até a madrugada.

Em 10 de novembro foi a volta do Chá de Aposentados, também no Floratta com decoração da Bianco Nero e buffet do Chef Caco Pereira e presença de 300 colegas. A turma da oficina de dança da Prof.^a Lívia Thomas levou o balanço da dança flamenca para o salão e o artesanato da oficina da Prof.^a Glenir ajudou a colorir o espaço. A festa terminou ao som do grupo Cadência Bonita do Samba.

Nas próximas cinco páginas, alguns registros do que foram esses dois eventos. Os álbuns completos estão na página do Sinprosm.

As fotos são do jornalista Diogo Brondani.



Detalhe da decoração do Floratta pronto para o jantar-baile do dia 15 de outubro, com 830 presentes



“Um dia especialmente voltado para comemorar a importância do nosso papel na sociedade brasileira. No entanto, mais do que ter o Dia do Professor, é fundamental que sejamos valorizados de fato no cotidiano, nas condições de trabalho e não apenas em uma data no calendário”, destacou a coordenadora Juliana Moreira na abertura do evento



JANTAR-BAILE



Recepção com as artistas da Cia Sorriso com Arte



Todos os estilos musicais no show da banda Agito Capilar



JANTAR-BAILE



JANTAR-BAILE



CHÁ DE APOSENTADOS

Atividades oferecidas pelo Sinprosm aos associados tiveram protagonismo durante o Chá de Aposentados e Aposentadas, como a turma de dança da professora Lívia Thomas e o seu vistoso figurino de flamenco. A produção da oficina de artesanato, coordenada pela professora Glenir, também marcou presença no Floratta (acima ao lado)



CHÁ DE APOSENTADOS



Vera do Monte dá as boas-vindas da coordenação. Abaixo, a animação do Grupo Cadência Bonita do Samba



PARA QUE SERVE UM SINDICATO DE PROFESSORES

Sempre que chega o mês de outubro, eu ouço e leio, nas páginas das redes sociais do SINPROSM, a mesma queixa de alguns colegas a respeito da utilidade do sindicato, já que pagam a mensalidade e não conseguem o convite do baile anual em comemoração ao Dia das Professoras e dos Professores. Acontece que não existe, em Santa Maria, um espaço que possa incluir todos os professores sindicalizados e seus convidados.

Como entusiasta do baile, gostaria realmente que todos os colegas sindicalizados e seus convidados pudessem ir. Entretanto, também gostaria que essa comemoração fosse a coroação de um ano que, nesse caso, não começa no início do ano letivo, mas quando o Governo Federal publica o índice de revisão do Piso Salarial Profissional Nacional e os coordenadores sindicais, enquanto estamos merecidamente em férias, começam a cobrar o reajuste da Administração Municipal a ser implementado na nossa matriz salarial. O começo de um longo caminho que, se a categoria não se fizer presente e não responder ao chamado dos seus representantes de classe, por óbvio, não logra sucesso.

Caminho que passa pelas inúmeras assembleias e mobilizações, as quais a categoria é chamada a participar, em defesa de nossas pautas específicas ou em conjunto com outros trabalhadores, que demanda organização, tempo e disposição de luta. É para isso que pagamos o sindicato.

É duro sair da escola depois de um dia cheio de trabalho e ainda ir numa assembleia, é difícil votar por uma paralisação ou greve sabendo que tem que recuperar dia letivo, muito provavelmente em sábado e sem a certeza de que sairemos com o mínimo das reivindicações atendidas. Mas é com a nossa desmobilização eles contam.

Desde que surgiram, lá no começo do capitalismo, a partir do século XVIII, quando homens, mulheres e crianças trabalhavam em



condições desumanas, os sindicatos têm por objetivo nos defender e garantir direitos. Atualmente, também não nos deixar perder os direitos duramente conquistados como estamos vivenciando com as reformas recentemente aprovadas por um governo que, felizmente, já se vai sem deixar saudade. Um governo que não gosta da educação nem dos educadores e que, infelizmente, encontra eco entre alguns de nós.

E, antes que alguém, com toda justiça, diga que não ganhamos o piso, vamos fazer um exercício de memória e sopesar nossas conquistas, Plano de Carreira digno, Lei de Gestão Escolar Democrática com eleição direta de diretores, Lei de Gestão Escolarizada da Alimentação Escolar.

Durante a pandemia da COVID-19, o sindicato foi virtualmente incansável para resguardar nosso direito à saúde. Aprendeu, como todos os professores, a usar as tecnologias para se comunicar com a categoria.

Protagonizamos uma inédita e vitoriosa Greve Sanitária que garantiu insumos básicos e vacina a TODOS os professores e funcionários da educação básica e superior, pública e privada de Santa Maria para garantir o retorno seguro às atividades escolares. É para isso que pagamos o sindicato.

Recentemente, por ocasião das eleições presidenciais, foi de crucial importância a voz do nosso sindicato para defender a democracia contra um projeto que se dispunha a retomar no país o que de mais horrendo e nefasto pode existir, algo do qual devemos manter distância, lutar com todas as nossas forças para que nunca mais se instale no Brasil, a ditadura militar.

Sim, é pra isso que pagamos o sindicato!

Se existe alguma dúvida, por favor, busquem nos livros de História, os sindicatos docentes no Brasil foram determinantes no processo de redemocratização do país.

Podemos ter bailes, chás, viagens de estudos, espaços de convivência na sede do sindicato, dança, pilates, artesanato, massagem, reiki, enfim, uma infinidade de coisas para trazer benefícios aos sindicalizados.

Por mais que o mundo do trabalho se transforme, o objetivo do sindicato é a defesa dos nossos direitos e da democracia.

Marta Izabel Pauler Najar

Pedagoga

Mestra em Educação

Coordenadora suplente do Sinprosm

SINDICATO DOS PROFESSORES
MUNICIPAIS DE SANTA MARIA



Sinprosm
A FORÇA DOS EDUCADORES

Primeira Classe é uma publicação bimestral do
Sindicato dos Professores Municipais de Santa Maria

CNPJ: 92458835/0001-08
Rua André Marques, 418. CEP: 97010-040
Santa Maria - RS
Contato: (55) 3025-5458



PRODUÇÃO, FOTOGRAFIA,
REDAÇÃO, REVISÃO E
DIAGRAMAÇÃO:

Paulo André Dutra - MTB 13.987

Impressão: Jornal Gazeta do Sul
Tiragem: 2.650 exemplares

COORDENAÇÃO:

Organização e Patrimônio: Juliana Corrêa Moreira
Aposentados: Vera Terezinha Simon do Monte
Comunicação e Formação Sindical: Rafael Torres
Finanças: Marta Hammel
Educação Infantil: Deise da Silva
Escolas do Campo: Lenir Keller